

Setor elétrico: com subsídios, mas sem recursos para investir

Instituto e empresários da área criticam as medidas do governo

RAMONA ORDOÑEZ
ramona@oglobo.com.br

A redução nos preços das tarifas de energia elétrica deveria se dar com base no aumento da eficiência e da produtividade das empresas, não com subsídios via decreto. E as dificuldades financeiras que serão enfrentadas tanto pelas geradoras como pelas distribuidoras poderão colocar em risco a própria expansão do setor. A opinião é de Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, um centro de estudos sobre o setor elétrico:

— Lamento que o setor elétrico, de extrema complexidade técnica e econômica, seja tratado de uma forma que

traz vícios de discurso político-eleitoral.

Ele destacou que a redução das tarifas é artificial, uma vez que é feita por meio de subsídios e não por aumento da eficiência do setor. Além disso, esses recursos deveriam ser usados em setores como saúde, educação e segurança.

Sales disse que o setor elétrico está passando por uma situação financeira muito crítica por várias razões, o que pode comprometer seus investimentos na expansão. De um lado, as geradoras de energia vão ter uma redução da ordem de 70% em suas receitas, com a renovação dos contratos de concessão com base na medida provisória (MP) 579, do governo federal, usada para reduzir a tarifa de energia.

Por outro lado, as distribuidoras já tiveram uma perda de 30% em sua capacidade de geração de caixa nos últimos anos com a revisão tarifária. E, neste momento, estão arcando com os custos extras da geração térmica, que só serão ressarcidos na ocasião do reajuste de cada distribuidora.

— O setor elétrico era estruturado, capaz de atrair capitais, vinha se tornando eficiente de forma contínua. Agora está exposto a coisas que não são transparentes, cheias de artifícios fora da lógica econômica — disse Sales.

As distribuidoras de energia, por sua vez, estão preocupadas com os gastos extras com o pagamento da geração térmica, que é mensal, enquanto são ressarcidas somente por ocasião do reajuste das tarifas, que é anual.

O presidente em exercício da Associação Brasileira dos Distribuidores de Ener-

gia Elétrica (Abra-dee), Marco Salgado, disse que a instituição está levando esse problema ao governo federal.

Segundo Salgado, somente em dezembro, por exemplo, o custo da geração térmica a ser pago pelas distribuidoras é de R\$ 900 milhões, contra R\$ 550 milhões em novembro.

— Essa questão é uma das coisas que preocupa as empresas a curto prazo, pois diminui sua capacidade de investimentos — disse Salgado.

Uma das propostas da Abra-dee é pagar o custo das térmicas via um dos fundos setoriais, como a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Outras possibilidades seriam o parcelamento dessa despesa, ou a concessão de um financiamento. ●

“Lamento que o setor elétrico, de complexidade técnica e econômica, seja tratado de uma forma que traz vícios de discurso político-eleitoral”

Cláudio Sales
Presidente do Instituto Acende Brasil

Ramona Ordoñez / ramona@oglobo.com.br

Instituto e empresários da área criticam as medidas do governo

A redução nos preços das tarifas de energia elétrica deveria se dar com base no aumento da eficiência e da produtividade das empresas, não com subsídios via decreto. E as dificuldades financeiras que serão enfrentadas tanto pelas geradoras como pelas distribuidoras poderão colocar em risco a própria expansão do setor. A opinião é de **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, um centro de estudos sobre o setor elétrico:

- Lamento que o setor elétrico, de extrema complexidade técnica e econômica, seja tratado de uma forma que traz vícios de discurso político-eleitoral.

Ele destacou que a redução das tarifas é artificial, uma vez que é feita por meio de subsídios e não por aumento da eficiência do setor. Além disso, esses recursos deveriam ser usados em setores como saúde, educação e segurança.

Sales disse que o setor elétrico está passando por uma situação financeira muito crítica por várias razões, o que pode comprometer seus investimentos na expansão. De um lado, as geradoras de energia vão ter uma redução da ordem de 70% em

suas receitas, com a renovação dos contratos de concessão com base na medida provisória (MP) 579, do governo federal, usada para reduzir a tarifa de energia.

Por outro lado, as distribuidoras já tiveram uma perda de 30% em sua capacidade de geração de caixa nos últimos anos com a revisão tarifária. E, neste momento, estão arcando com os custos extras da geração térmica, que só serão ressarcidos na ocasião do reajuste de cada distribuidora.

- O setor elétrico era estruturado, capaz de atrair capitais, vinha se tornando eficiente de forma contínua. Agora está exposto a coisas que não são transparentes, cheias de artifícios fora da lógica econômica - disse Sales.

As distribuidoras de energia, por sua vez, estão preocupadas com os gastos extras com o pagamento da geração térmica, que é mensal, enquanto são ressarcidas somente por ocasião do reajuste das tarifas, que é anual.

O presidente em exercício da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Marco Salgado, disse que a instituição está levando esse problema ao governo federal.

Segundo Salgado, somente em dezembro, por exemplo, o custo da geração térmica a ser pago pelas distribuidoras é de R\$ 900 milhões, contra R\$ 550 milhões em novembro.

- Essa questão é uma das coisas que preocupa as empresas a curto prazo, pois diminui sua capacidade de investimentos - disse Salgado.

Uma das propostas da Abradee é pagar o custo das térmicas via um dos fundos setoriais, como a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Outras possibilidades seriam o parcelamento dessa despesa, ou a concessão de um financiamento.